

**ARQUIVO, CIDADE E FAMÍLIA: O ARQUIVO DE FAMÍLIA COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI-RJ**

**Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias, Universidade Salgado de Oliveira (Univero),  
Brasil, <https://orcid.org/0000-0001-8985-2952>**

**Ana Célia Rodrigues, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil,  
<https://orcid.org/0000-0003-0851-528X>**

**Carlos Guardado da Silva, Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal,  
<https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>**

**RESUMO**

O projeto “Arquivo, Cidade e Família: o arquivo de família como patrimônio documental do Município de Niterói-RJ” é um estudo sobre o arquivo de família como um campo específico dos arquivos privados de interesse público no contexto das políticas de preservação do patrimônio documental e da história local, que tem por objetivo geral elaborar diretrizes metodológicas para identificação e uso de documentos de arquivo de família para o Arquivo Público Municipal de Niterói. É uma pesquisa de pós-doutorado sênior, desenvolvida com bolsa Pós-doutorado Sênior da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues, com a colaboração do Prof. Dr. Carlos Guardado da Silva, da Universidade de Lisboa, e integra a produção do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, da Universidade Federal Fluminense, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Busca-se contribuir para uma melhor reflexão sobre a pertinência do método da identificação arquivística, como método de pesquisa científica para o estudo do produtor e da tipologia documental acumulada, aplicado aos arquivos de família, bem como sobre os usos de documentos privados para a memória social, valorizando as trajetórias individuais como um patrimônio importante para a história dos municípios, em suas dimensões sociais, culturais e políticas.

**Palavras-Chave:** Arquivo de Família; Arquivo Municipal; Memória Social; Identificação Arquivística.

**ARCHIVO, CIUDAD Y FAMILIA: EL ARCHIVO DE FAMILIA COMO PATRIMONIO DOCUMENTAL DEL MUNICIPIO DE NITERÓI-RJ**

**RESUMEN**

El proyecto "Archivo, Ciudad y Familia: el archivo familiar como patrimonio documental del Ayuntamiento de Niterói-RJ" es un estudio del archivo familiar como campo específico de los archivos privados de interés público en el contexto de las políticas de preservación del patrimonio documental y de la historia local, cuyo objetivo general es desarrollar directrices metodológicas para la identificación y uso de documentos de archivo familiar para el Archivo Público del Ayuntamiento de Niterói. Se trata de un proyecto de investigación postdoctoral senior, desarrollado con una beca Postdoctoral Senior de la *Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro*, en el Programa de Postgrado en Ciencia de la Información de la *Universidade Federal Fluminense*, bajo la supervisión de la Prof. Dra. Ana Célia Rodrigues, con la colaboración del Prof. Dr.

Carlos Guardado da Silva, de la Universidad de Lisboa, y forma parte de la producción del Grupo de Investigación Génesis Documental Archivística, de la *Universidade Federal Fluminense*, registrado en el Directorio de Grupos de Investigación del *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. El objetivo es contribuir a una mejor reflexión sobre la relevancia del método de identificación archivística como método de investigación científica para el estudio de la entidad productora y del tipo de documento acumulado, aplicado a los archivos familiares, así como sobre los usos de los documentos privados para la memoria social, valorando las trayectorias individuales como un importante activo para la historia de los municipios en sus dimensiones social, cultural y política.

**Palabras-Claves:** Archivo Familiar; Archivo Municipal; Memoria Social; Identificación Archivística.

**ARCHIVE, CITY AND FAMILY: THE FAMILY ARCHIVES AS DOCUMENTARY HERITAGE OF THE MUNICIPALITY OF NITERÓI-RJ**

**ABSTRACT**

The project "Archives, City and Family: the family archives as documentary heritage of the Municipality of Niterói-RJ" is a study on the family archives as a specific field of private archives of public interest in the context of policies for the preservation of documentary heritage and local history, whose general objective is to develop methodological guidelines for the identification and use of family archives documents for the Municipal Public Archives of Niterói. It is a senior post-doctoral research project, developed with a Senior Postdoctoral grant from *Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro*, in the Graduate Program in Information Science at the Fluminense Federal University, under the supervision of Prof. Dr. Ana Célia Rodrigues, with the collaboration of Prof. Dr. Carlos Guardado da Silva, from the University of Lisbon, and is part of the production of the Archival Documentary Genesis Research Group, Fluminense Federal University, registered in the Directory of Research Groups of *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. The aim is to contribute to a better reflection on the relevance of the archival identification method, as a scientific research method for the study of the producer and the type of document accumulated, applied to family archives, as well as about the uses of private documents for social memory, valuing individual trajectories as an important heritage for the history of municipalities, in their social, cultural, and political dimensions.

**Keywords:** Family Archives; Municipal Archives; Social Memory; Archival Identification.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa insere-se no campo interdisciplinar e transdisciplinar da Ciência da Informação, com a História e a Arquivologia, na abordagem dos documentos de arquivo no contexto do arquivo de família como um campo específico dos arquivos privados de interesse público. Constitui o projeto de pós-doutorado, recorte temático do Projeto de Pesquisa "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da

cooperação regional do Leste Fluminense", coordenado por Ana Célia Rodrigues do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e Paulo Knauss do Programa de Pós-graduação em História (PPGH), ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), relativamente ao recorte, e do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), parceria Prefeitura Municipal de Niterói (PMN) e UFF para o

projeto. Considerando que é no território que se constroem as identidades e as memórias sociais (Santos, 2000), e dado que a extensão cada vez maior do conceito de patrimônio cultural vem sublinhar a importância da memória social na constituição dos arquivos públicos, e o especial papel desses arquivos na promoção da cidadania plena, como enfatiza Rodrigues (2019), queremos aprofundar a estreita relação entre arquivo, cidade e família, a partir da análise dos arquivos do núcleo familiar Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht “piloto” de nossa pesquisa aplicada, no âmbito das políticas de preservação do patrimônio documental e da história local. Sabemos que o arquivo não é uma construção espontânea de documentos, é imbuída de significado e intencionalidade, que visa o cumprimento de determinados objetivos (Silva, 2022).

No Brasil, arquivo de família é um conceito em construção, bastante impreciso na demarcação conceitual em relação aos arquivos pessoais, e sem tradição na constituição desses arquivos ligada a uma finalidade social ou patrimonial, como no caso de Portugal, originalmente associada a propriedade familiar da terra - o morgadio. Para evitar a dispersão do patrimônio familiar, “(...) essa forma jurídica proibia, com autoridade do fundador do morgadio, que as propriedades vinculadas fossem de alguma forma alienadas, permanecendo, assim, perpetuamente na posse da família ou dos herdeiros nomeados pelo instituidor” (Nóvoa, 2016, p. 22). Lévi Strauss, ao afirmar que “a virtude dos arquivos é pôr-nos em contato com a pura historicidade” (Camargo, 2007, pp. 23 *apud* Strauss, 1970, pp. 277), ressalta a importância dos arquivos para o trabalho do historiador, e a dimensão temporal como um dos principais elementos a serem observados na sua constituição, concomitante às circunstâncias que lhes deram origem, isto é, “situações concretas de produção e acumulação de documentos” (Camargo, 2007, pp. 21-23).

Embora os arquivos de família como campo de reflexão registrem significativos avanços na última década, revelando abordagens inovadoras de pesquisas no campo da historiografia e da arquivística, permanecem inéditos aspectos que envolvem a identificação da gênese deste conjunto documental, seu tratamento e uso. Nesta perspectiva, identificar o conjunto de documentos que configura o arquivo de família como fonte para uma história local é o desafio que norteia essa nossa investigação. Escolhemos essa família por ser uma das pioneiras do município de Niterói, cuja trajetória data das primeiras décadas do século XIX, oriunda de vertentes da imigração europeia na região: a portuguesa e a alemã.

No decorrer do período investigado, 1818 e 1945, os Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht acompanharam as transformações urbanas e sociais do município de Niterói, produzindo e acumulando documentos, entre cartas, fotografias, objetos, certidões, medalhas, e outros registros produzidos no espaço doméstico, alguns também no âmbito da vida pública, constituindo, no seu conjunto, um arquivo de família.

Assim, reflexões sobre memória e cidade vêm ao encontro de nosso objeto de pesquisa, existindo uma ampla literatura, e muitos estudos de referência sobre esse tema, entre os quais se destaca a obra de Carlos Guardado da Silva, sobre a organização e a estruturação do espaço urbano de Lisboa (2008). Nesta perspectiva, o projeto tem por objetivo sugerir procedimentos metodológicos específicos para reconhecer e tratar o arquivo de família com base na identificação arquivística, produzindo conhecimento para fundamentar a organização e a representação (classificação, descrição e indexação) e o uso da tipologia documental do arquivo de família, revelando seu potencial informativo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

*Los archivos familiares – y en especial los archivos nobiliarios – son el complejo resultado de las actividades de una familia a lo largo de diversas generaciones, resultado de las actividades personales y públicas de sus miembros, de la administración de sus bienes y propiedades o del ejercicio de potestades jurisdiccionales y de patronato eclesiástico. En ellos además han actuado diversos factores a lo largo del tiempo que han podido modificar la integridad y el normal proceso de acumulación de documentos del fondo de archivo (Lafuente Úrien, 2000, p. 16).*

Cartões postais, diários íntimos e correspondências de variadas naturezas acumulados por uma pessoa ou um conjunto familiar compõem o que chamamos de arquivos pessoais - quando remetemos a individualidade do ente produtor - ou arquivos de família - pertencentes e elaborados ao longo de uma ou mais gerações de um mesmo núcleo familiar. Para além de beneficiar os estudos sobre a sociedade que os produz e acumula, os arquivos de família têm também o mérito de “demarcar campos de investigação tipológica: egodocumentos, documentos identitários, devocionais, honoríficos e tantos outros” (Carmargo, 2007, p. 38). O estudo sobre a natureza e as possibilidades desses tipos de arquivos suscitam, cada vez mais, a formação de um potente campo interdisciplinar de pesquisa, compartilhado e disputado entre historiadores e arquivistas, cujos diálogos são moldados conforme os interesses específicos de cada ofício.

Na pesquisa histórica, os arquivos de origem privada começam a despertar a atenção dos historiadores, sobretudo, a partir da década de 80 do século XX, quando surgem os estudos da nova história cultural, cujos enfoques direcionam para a busca de novas fontes históricas – atrelada na ampliação dos recortes temáticos, como a vida privada e a cultura material – e para o redimensionamento da escala de observação, com a micro-história

(Britto, A. C. L, & Corradi, A, 2017). Dessa forma, tais demandas implicaram na valorização dos arquivos pessoais e de família, uma vez que, através deles, poderia se chegar ao âmago das relações sociais de indivíduos que, até então, eram marginalizados pela historiografia tradicional, recuperando suas redes de sociabilidades, seus costumes e seus modos de agir - esses condicionados às dinâmicas culturais de determinado tempo e lugar.

A emergência do gênero biográfico entre historiadores também decorre de uma renovação epistemológica ocorrida a partir dos anos 70 e 80 do século XX, como crítica à Modernidade, ao estruturalismo e consequente restauração do papel dos indivíduos na construção dos laços sociais (Chartier, 1994). Como exemplo desse interesse por trajetórias singulares, cabe assinalar a proposta teórico-metodológica da micro-história (Ginzburg, 1991) definida, em linhas gerais, como uma abordagem micro analítica de casos bem delimitados, cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral, trazendo novas questões sobre determinadas épocas. As cartas são exemplos dessa nova concepção de documento, ao dotarem de historicidade a experiência individual, e alçarem os relatos epistolares à categoria de narrativa histórica (Pesavento, 2004). Essa renovação historiográfica trouxe a vida privada para o centro dos estudos históricos, ampliando a noção de documento, em uma infinidade de novas fontes de pesquisa e, conseqüentemente, a valorização dos arquivos privados, como destaca Angela de Castro Gomes:

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar

sua prática incorporando novas metodologias (Gomes, 1998, p. 122).

A década de 1980 representou também para a arquivística uma mudança de paradigmas, e um intenso debate teórico-epistemológico, pautado, sobretudo, na discussão entre uma perspectiva tecnicista e custodial e outra científica com enquadramento na Ciência da Informação. A extensão cada vez maior do conceito de patrimônio cultural vem sublinhar a importância da memória social na constituição dos arquivos públicos. Armando Malheiro da Silva, em seu trabalho “Arquivos de Família e Pessoais, bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica” (1997), busca apresentar os pressupostos da metodologia e da epistemologia do campo da Arquivística para pensar esses tipos de arquivos, caracterizados pela sua complexidade, heterogeneidade e fragmentação. Ao longo do texto, o autor critica o paradigma tecnicista predominante nos estudos sobre arquivos de família, que despreza o contexto funcional dos documentos, e defende que os arquivos devem ser recuperados à sua matriz original, tal como foi organizado pela entidade produtora. Pedro de Abreu Peixoto, em “Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal” (2002), levanta os principais fundamentos da sistematização dos arquivos de família, as questões em relação ao interesse público no acesso a documentos de caráter privado, as problemáticas de incipientes políticas de aquisição e depósitos desses arquivos e a legislação portuguesa existente concernente ao desenvolvimento da arquivística. Já a historiadora Ana Maria da Costa Macedo (2011) realiza um interessante estudo de caso sobre a doação do Arquivo da Casa do Avelar ao Arquivo Distrital de Braga, analisando as condições técnicas da composição do arquivo – como a tipologia documental e as questões de conservação da instituição de custódia – e o estudo das intimidades e da vida cotidiana da família, que entrelaçam com a presença da prestigiada família Jácome de Vasconcelos no

espaço público de Braga, ao longo do século XIX.

Vale também destacar a dissertação de Luís Fernando Horta Lima (2015) sobre o arquivo da família Benito Maçãs. Nesse trabalho, o autor buscou analisar as classificações submetidas aos arquivos pessoais e de família, exemplificando no estudo de caso dos arquivos de família já citada, que abarcam documentos do final do século XVIII até o início do século XXI. Baseia-se em um extenso estudo sobre as circunstâncias de produção e de classificação e organização de cerca de 28 mil documentos acumulados ao longo de mais de dois séculos, que integram o arquivo da família Benito Maçãs.

No Brasil, é valioso lembrarmos a publicação do número 21 da revista *Estudos Históricos*, em 1998. Comemorando os 25 anos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, o periódico decide lançar a edição com a temática “Arquivos Pessoais”, cujo eixo centra-se em discussões metodológicas e interdisciplinares sobre o uso desses tipos de arquivos para investigações em variados campos do conhecimento. Entre diversos artigos, destacam-se três. O primeiro, de autoria de Philippe Artières, - “Arquivar a Própria Vida” (1988), que analisa as subjetividades inerentes aos documentos pessoais e as injunções sociais que condicionam o indivíduo a criar e a manter registros sobre si mesmo, dividindo o texto em três momentos: as funções sociais dos arquivos de vida, as formas de arquivar a vida e a exemplificação da prática em um caso de produção autobiográfica. Já Célia Costa, em “Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos”, trata sobre a dicotomia entre os espaços da vida privada e pública, a partir do século XVIII com a formação de um espaço de debates e vida pública, na perspectiva da prática arquivística (1998).

Em “Nas malhas do feitiço: o Historiador e o encanto dos Arquivos Privados”

(Gomes, 1998), Ângela de Castro Gomes faz um interessante resgate da transformação do campo historiográfico com a nova história cultural e problematiza a “ilusão da verdade” presente nos documentos pessoais, desconstruindo as idealizações que afirmam que o caráter espontâneo e autêntico desses documentos guiaria à “veracidade” da dimensão humana de determinadas conjunturas sociais. Entretanto, sem desconsiderar as potencialidades dos arquivos privados, a autora afirma que é sempre necessário submetê-los a um rigoroso tratamento teórico-metodológico e a análise comparativa com outros documentos. Vale citar outro trabalho dessa historiadora – “Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema” (Gomes, 2017) – onde também versa sobre o “retorno ao indivíduo” proposta pela renovação historiográfica e realiza apontamentos sobre o estudo do caso dos arquivos pessoais de Gustavo Capanema, intelectual e ex-ministro da educação de Vargas.

Especialista sobre o uso dos arquivos pessoais, Ana Maria Camargo (2009 e 2007), uma das editoras convidadas no já citado número da revista *Estudos Históricos*, é responsável por importantes trabalhos sobre a temática. Em artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, a autora já aponta desde o título – “Arquivos Pessoais são Arquivos” - para a necessidade de submeter os arquivos de origem privada aos procedimentos próprios da Arquivística, além de discutir, ao longo do texto, sobre os procedimentos de aquisição e as problemáticas metodológicas no tratamento desse tipo de arquivo. Já em parceria com Silvana Goulart, Camargo realiza um trabalho sobre as circunstâncias de produção e o contexto histórico dos arquivos pessoais, a partir do estudo dos arquivos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Camargo e Goulart, 2007).

Em relação a artigos recentes sobre arquivos pessoais, vale citarmos dois. O

primeiro – “Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso”, em que Oliveira, Macêdo e Sobral (2017) analisam as potencialidades dos documentos pessoais como produtos socioculturais de um tempo, sendo referenciais na questão sobre identidades e memória coletiva, e debatem sobre a passagem do contexto de intimidade desses arquivos para a esfera pública, a partir de sua aquisição por alguma instituição de custódia, o que gera problemáticas em seu acesso e tratamento. Britto e Corradi (2017) estudam, por sua vez, os arquivos pessoais através da lente dos debates conceituais e teóricos, dando luz à extensa literatura sobre a temática e dividindo o texto em algumas partes, como a história dos arquivos pessoais, a diferença entre arquivo privado e pessoal e as particularidades das tipologias documentais que caracterizam os arquivos pessoais.

No que concerne aos arquivos de família, devemos destacar a pesquisa de Eneida Baumann (2016) sobre o arquivo da família Calmon ao longo de quatro séculos na Bahia, debruçando-se sobre a possibilidade de compreender a sociedade de seu tempo a partir do estudo sobre os documentos que compõem tal arquivo, à luz dos princípios da arquivologia contemporânea. O segundo é o trabalho de Dayles Gomes (2016), *Memórias e Arquivos Pessoais em espaços públicos: um estudo sobre a “Coleção Família Bustamante”* no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Gomes realiza um interessante panorama sobre a relação entre história, memória e arquivo, destacando o surgimento e o crescente interesse na preservação dos Arquivos Pessoais. Além disso, o autor aborda a importância do APERJ em conservar acervos e coleções relacionados à documentação administrativa e à memória fluminense em geral, com destaque a “Coleção da Família Bustamante”, um exemplo de boa gestão e organização de acervos de família em arquivos públicos. Vale ressaltar ainda como contribuição importante na área da Ciência da Informação, a pesquisa intitulada *Antônio*

*Gentil Martins: a biografia como método para o estudo do arquivo pessoal*, de Tomás Cantinho Cunha (2023).

É possível pelos trabalhos acima expostos atestar a prevalência dos estudos acadêmicos sobre arquivos pessoais em relação aos arquivos de família, faltando sobre esses últimos uma maior sistematização teórica e metodológica. Por outro lado, podemos considerar os arquivos de família como resultado da dialética relação entre a memória individual e a memória coletiva, na medida em que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Ricoeur, 2007, p. 133).

Por conseguinte, a “memória coletiva não é o somatório das memórias individuais, mas aquela que se fundamenta nas redes de interação, redes estruturadas e imbricadas em circuitos de comunicação” (Menezes, 2007, p. 26). A história oral, utilizada no registro dessas memórias de família, configura-se como um campo interdisciplinar, pois “não é simplesmente histórica, mas também sociológica, antropológica e parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas” (Thompson, 2005, pp. 17-43). De acordo com Paul Thompson, a história oral é “a interpretação da história e das sociedades e culturas em transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas” (Thompson, 2005, pp. 17-43). Para esse autor, a habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar. A delimitação do campo teórico metodológico da história oral é bastante amplo, porém, em linhas gerais, seu método de pesquisa consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história (Thompson, 2005, p. 19).

Maurício Abreu afirma não ser possível observar os espaços físicos onde se desenrolam as ações históricas apenas como um lugar abstrato, como se a ação pudesse ocorrer da mesma maneira e com as mesmas características fosse qual fosse o lugar em que toma palco. O autor chama a atenção para o fato de que “[...] a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas.” (Abreu, 1988, p. 16). Portanto, é no território que se constroem as identidades e as memórias sociais, pois é um fenômeno cultural e não um fenômeno natural, como afirma Milton Santos. Para o autor “o território é o chão e mais a população, isto é, a identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (Santos, 1996, p. 89.).

Assim, “quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população” (Santos, 1996 p. 96). A ideia de região é também central na configuração de uma historiografia fluminense, como chama a atenção Paulo Knauss, em seu artigo, “A força da tradição: a história fluminense e suas variações historiográficas” (2020). Knauss traça um panorama sobre a produção historiográfica regional do estado do Rio de Janeiro, a partir de um amplo inventário bibliográfico empreendido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). O autor destaca a historicidade da escrita da história fluminense, em seus diferentes contextos, ressaltando o modelo de estudo corográfico como responsável por grande parte dessa produção. Também problematiza a natureza simbólica da ideia de região, e o papel da escrita da história fluminense nessa configuração, razão pela qual não se pode reduzir a região a um dado natural, mas “aberta à construção significativa” (Knauss, 2020, p. 2). Do ponto de vista teórico, é inequívoca a relação dos arquivos de família como a escrita da história local, pois, como

afirma Maria Stella Bresciani, a cidade é capaz de colocar “o mundo na história” e trazer para o presente o “legado das gerações mortas e de

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, o projeto de investigação, de natureza qualitativa, alia uma dimensão teórica a uma aplicada e se configura como um estudo exploratório assente na pesquisa documental, que se viabiliza através de revisão bibliográfica sobre os conceitos de arquivo de família, arquivo pessoal e arquivo privado, patrimônio documental e história de Niterói, focando-se no estudo de identificação e uso do arquivo de família.

Em face desse objeto de estudo estar relacionado a história do município de Niterói, nossa temática está ligada aos conceitos operatórios de território, cidade e região, bem como o de memória, na medida em que no caso do arquivo da família Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht, se constitui como um desejo de perpetuação, e muitas vezes de disputa, da memória da própria família.

A pesquisa está também fundamentada no método de identificação arquivística, particularmente em estudos desenvolvidos por Ana Célia Rodrigues (2003, 2008, 2018). O termo identificação surge no campo da arquivística nos anos 80 do século XX, quando começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura, para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre massas documentais acumuladas em arquivos, a fim de elaborar propostas de avaliação e classificação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Espanha, Brasil, México e Portugal, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas *Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação*

suas heranças imortais”, pois, é “na cidade que a história se exhibe” (Bresciani, 2002, pp. 16-35).

*de Fundos Documentais das Administrações Públicas*, realizadas em Madri, em 1991.

A partir deste momento, o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, sendo incorporados pelo *Diccionario de Terminologia Arquivística*, que a define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (1993, p. 37). Neste período, o Brasil integrou o movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. Merecem referência os trabalhos dos grupos que se criaram no âmbito do Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional, cujos resultados permitiram a formulação do conceito de identificação incorporado pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), que considera a identificação como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

No país, o conceito de identificação remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e o registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos (Rodrigues, 2013). De acordo com Rodrigues, a identificação arquivística é um método de pesquisa que se desenvolve nos parâmetros do rigor científico para estudar a gênese do documento de arquivo, permitindo a definição de requisitos normalizados para as funções arquivísticas da classificação, avaliação, descrição e planejamento da criação/produção de documentos, digitais ou tradicionais. A



identificação arquivística estuda dois objetos:

1. Órgão/sujeito produtor: no caso de órgãos públicos, estuda o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções e atividades), a partir de fontes de informações específicas, textos legais (leis, decretos, portarias, regulamentos) e normativos (manuais de normas e procedimentos) pertinentes à estrutura e funcionamento durante sua existência. Para os estudos dos arquivos de famílias, as fontes de informações são a biografia, tábuas genealógicas e documentos conservados em outros arquivos, como os cartoriais e judiciais, para fundamentar essa pesquisa.
2. Tipologia documental, estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos, que se referem à estrutura física - a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) - e internos, a atividade e natureza de sua proveniência e função para denominar o tipo e definir a série documental, que são analisados nos parâmetros da Diplomática e da Tipologia documental.

A tipologia documental, também chamada por alguns teóricos da Diplomática contemporânea, é uma metodologia de análise dos documentos de arquivo, produto de revisão e atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica. A Diplomática, por definição, “ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ ou notarial, cujo objeto é a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade e fidedignidade”. A tipologia documental “é a ampliação da diplomática na

direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora / acumuladora” (Bellotto, 2002). A tipologia documental tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie, conceito proposto por Bellotto (2002).

Por definição, espécie é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas”; tipo documental é “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” e a série documental é a “sequência de unidades do mesmo tipo documental” (DTA/SP, 1996). Portanto, a denominação da série documental obedece a fórmula do tipo: espécie + atividade (verbo + objeto da ação), sob a qual incide os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento de produção documental (Rodrigues, 2008 e 2012). A identificação pode ser desenvolvida durante todas as fases do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de documentos, ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos.

Neste sentido, o método de identificação arquivística aplicado ao estudo do contexto de produção e da tipologia documental acumulada nos arquivos de família possibilita o reconhecimento e a representação do vínculo entre os documentos acumulados e seu(s) produtor(es), conhecimento arquivístico produzido nessa pesquisa que fundamenta a classificação e a descrição do arquivo.

Nossa pesquisa busca reconhecer a gênese do arquivo de família Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht discutindo de que forma denominar os documentos, identificando os atributos que lhes foram conferidos ao longo

do tempo e o vínculo que mantêm com seu contexto de origem, base do seu tratamento técnico.

#### **4 AS ORIGENS DA CIDADE DE NITERÓI E A FAMÍLIA LORENA FAUSTINO / AVÉ-LALLEMANT PRECHT**

Para as nossas finalidades de estudo, os arquivos de família nos permitem apreender a cidade em suas dimensões “visíveis, sensíveis e imaginárias” (Pesavento, 2007), isto é, em seus aspectos materiais, subjetivos e simbólicos, pois nos é dado conhecer como a “cidade foi representada ao longo do tempo”, quer pela palavra, escrita ou falada, pela música, pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, ou ainda “(...) pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam” (Pesavento, 2007, p. 11) ).

A pesquisa com os arquivos de família de Niterói é capaz de desvendar uma cidade constituída por distintas experiências, formando uma grande rede de identidades compartilhadas, ao longo do tempo. Localizada na margem leste da Baía de Guanabara, quando a cidade de Niterói remonta a doação, em 1573, da sesmaria à Araribóia e aos temiminós, como uma recompensa pela participação desses, que, unidos com os portugueses, expulsaram os franceses e os tamoios do Rio de Janeiro, restabelecendo o domínio luso sobre os territórios da Baía de Guanabara. As terras cedidas pela sesmaria possibilitaram a fundação do primeiro núcleo de povoamento da região, a aldeia de São Lourenço dos Índios, localizada no morro de São Lourenço.

No século XIX, unindo os povoados de São Domingos e Praia Grande e as freguesias de São João de Carahy, São Sebastião de Itaipu, São Lourenço dos Índios e São Gonçalo, nasce, em 1819, a Vila Real da Praia Grande. Em 1835, a Vila é alavancada à condição de cidade e torna-se capital da província do Rio de Janeiro, recebendo o nome de Niterói. Com o estatuto de capital, Niterói passa por um processo de

urbanização e modernização da cidade, com destaque ao Plano Taulois de 1841, que visava à ocupação urbana organizada e o arruamento dos bairros de Icaraí e Santa Rosa. Além disso, projetos como a instalação do estaleiro por Visconde de Mauá (1845), o surgimento da Companhia de Navegação de Nitcheroy (1862) e a implantação dos bondes elétricos (1883) explicitam o desenvolvimento urbano gerado à nova capital, determinando a melhora na infraestrutura e nos serviços básicos e o crescimento econômico da cidade.

Escolhemos a família Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht, por ser uma das pioneiras do município de Niterói e ter acompanhado todo esse período de crescimento da cidade a partir dos primeiros anos do século XIX. De Domingos Affonso Forneiro descende o clã familiar aqui identificado como família-piloto de nosso projeto de pesquisa. Originário de Viana do Castelo, Affonso Forneiro foi um imigrante português que, nos idos de 1818, saiu sozinho de seu país e estabeleceu-se em Ponta Negra, atual distrito do município de Maricá. Casou-se com Mariana Rosa de Loreto e teve sete filhos, com destaque para o Marechal Dr. Antônio Affonso Faustino, o diplomata Domício da Gama e a pintora Maria Agnelle Forneiro. A filha do Marechal e da gaúcha Ester Vizeu Lorena, chamada Marina, iniciou esse ramo da família Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht com o franco-alemão, já nascido em Niterói, Luiz Avé-Precht, comerciante, filho de Wilhelm Ludwig Precht e de Felisbela Avé-Lallemant. Marina e Luiz casaram-se em Niterói no dia 21 de maio de 1897, e tiveram oito filhos, muitos netos e bisnetos. Nesse mais de um século de história (1819-1945), os Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht produziram e acumularam

documentos, gerados no espaço doméstico, alguns também no âmbito da vida pública,

## 5 RESULTADOS PARCIAIS

O primeiro passo do trabalho de pesquisa consistiu no estudo e na análise dos requisitos normativos e de boas práticas nacionais e estrangeiras para identificação, classificação e descrição de arquivos de família, com enfoque no Brasil, Portugal e Espanha, bem como identificação preliminar de instituições e organizações que conservam e trabalham com arquivos de família e arquivos pessoais. Procedemos uma revisão da literatura nacional e estrangeira sobre os temas: identificação arquivística, tipologia documental, classificação e descrição, a fim de sistematizar os fundamentos teóricos e metodológicos da identificação arquivística aplicados ao estudo da gênese e tratamento técnico do arquivo de família.

Com vistas ao desenvolvimento de estudo de caso de identificação, organização e descrição do arquivo da família Lorena Faustino / Avé-Lallemant Precht como referência metodológica para o Arquivo Público Municipal de Niterói, utilizamos o método genealógico com vistas a construção das tábuas genealógicas, realizada em várias etapas, complementado por breves estudos biográficos. No contexto da identificação arquivística, as tábuas genealógicas são fontes de informações para os estudos de identificação do(s) produtor(es) do arquivo, base da classificação que contextualiza e representa a tipologia documental acumulada pela família.

Como parte desses procedimentos, realizamos uma série de entrevistas com membros da família, e aplicamos um questionário de identificação arquivística, a fim de embasar uma análise da tipologia documental, a denominação e agrupamento das séries documentais nos arquivos acumulados pelos membros da família. Na série “Narrativas da família Lorena Faustino /

constituindo, no seu conjunto, um arquivo de família.

Avé-Lallemant Precht” utilizamos o método da história oral e de análise das fontes textuais produzidas por membros da família (crônicas, cartas, diários, etc.), a fim de empreender a espacialização da trajetória da família em Niterói. Como complemento das narrativas orais e textuais, a série “Álbum da família” envolveu a pesquisa de imagens e seleção de fotografias nos acervos pessoais da família pesquisada, e organização temática dessas imagens, a fim de constituir um arquivo fotográfico familiar relacionando ao cotidiano da cidade de Niterói.

Em termos dos resultados de pesquisa, destacamos avanços na demarcação teórica entre os conceitos de arquivo pessoal e arquivo de família, e a valorização do potencial dos arquivos de família como patrimônio privado de interesse público, isto é, como um patrimônio da história local, a ser preservado no âmbito dos arquivos municipais. Como avanço experimental importante, destacamos a utilização do método genealógico aplicado aos arquivos de família, complementado pelo método biográfico, e o método de identificação espacial das fontes históricas, permitindo a localização espacial dessa família-piloto na cidade de Niterói, ao longo do tempo, paralelo ao crescimento do próprio município.

Assim, por meio do trabalho com os mais variados tipos de fontes documentais levantadas no decorrer dessa investigação (periódicos, cartas, diários, fotografias, entrevistas gravadas) e do seu cruzamento com os mapas históricos de Niterói, foi possível produzir o que denominamos como “cartografia familiar”. Ainda como resultados teórico, experimental e prático obtidos por essa pesquisa no campo da arquivística e da ciência da informação – o que garante o ineditismo dessa pesquisa - ressaltamos a criação de uma metodologia própria aplicada

aos arquivos de família, baseada no método de identificação arquivística.

Na parte teórica, o estudo comparativo de conceitos de arquivo de família e análise dos requisitos normativos e de boas práticas nacionais e estrangeiras para identificação, classificação e descrição de arquivos de família. Na dimensão aplicada, ressaltamos a elaboração da pesquisa genealógica inicial, passando pela identificação dos “guardiões da memória”, a elaboração das tabelas genealógicas, cartografia da família na cidade de Niterói, bem como resultados da aplicação

## 6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os arquivos das famílias são conjuntos de documentos especiais, fontes inéditas que revelam, através da singularidade dos indivíduos que compõe os núcleos familiares, aspectos relevantes da trajetória da vida da comunidade e do cotidiano da cidade. Esse estudo buscou contribuir com os avanços dos estudos de arquivos de família como um campo específico dos arquivos privados de interesse público no contexto das políticas de preservação do patrimônio documental e da história local, com vistas à implantação do Arquivo Público Municipal de Niterói.

Do ponto de vista científico, o projeto aliou uma dimensão teórica a uma aplicada e se configurou como pesquisa exploratória e documental, de natureza qualitativa. Buscamos contribuir para uma melhor reflexão sobre a pertinência da metodologia da identificação arquivística aplicada aos arquivos de família e os usos de documentos privados para a memória social, bem como valorizar as trajetórias individuais como um patrimônio importante para a história dos municípios, em suas dimensões sociais, culturais e políticas. A identificação arquivística aplicada, como

dos questionários de identificação arquivística, tipologias documentais, entre outros procedimentos elaborados a partir dessa experiência piloto de tratamento de arquivo de família no contexto de uma política pública de arquivos municipais. Depois, esses dados foram complementados, de forma a consolidar uma história da família, preenchendo espaços em branco, através da elaboração de algumas biografias, obrigatórias para o conhecimento quer dos produtores, quando a título individual, quer dos custeadores da documentação, que designamos por ‘guardiões da memória’.

método de pesquisa científica para o estudo do produtor e da tipologia documental acumulada nesses arquivos, para fins de organização representação e estudo, potencializa os usos de documentos privados para a memória social, bem como a valorização das trajetórias individuais como fontes para a história das cidades em suas dimensões sociais, culturais, e políticas.

A emergência do ‘arquivo total’ e dos problemas trazidos pela arquivologia social, pós-moderna, obrigam a que ao arquivos municipais ultrapassem as preocupações de gestão e conservação da memória institucional, para incluir a memória social da(s) comunidade(s) que serve e que deve(m) ter um papel na sua construção e na *inventio* da sua identidade. Deste modo, a sua constituição exige a recolha dos documentos produzidos e acumulados pelas diversas comunidades de modo a garantir a representação da memória social no seu todo, a fim de transformar cada arquivo municipal num arquivo total, que represente um cadinho dos todos.

## 6 REFERÊNCIAS

Abreu, M. de A. (1988). Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras:

- Geografia I. Série, 14, pp. 77-97.  
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>
- Artières, P. (1998). Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, 11(21), pp. 9-34.  
<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061>
- Baumann, E. S. (2011) O arquivo da família Calmon à luz da Arquivologia contemporânea [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA: Repositório científico da UFBA.  
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7834/1/O%20ARQUIVO%20DA%20FAM%20C%8D%20CALMON%20C%80%20LUZ%20DA%20ARQUIVOLOGIA%20CONTEMPOR%82.pdf>
- Bellotto, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. 2006.
- Bellotto, H. L. (2002). Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. Associação de Arquivistas de São Paulo, Arquivo do Estado.  
[https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf8.pdf](https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf)
- Bellotto; H. L., & Camargo A. M. de A. (Eds.) (1996). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura; Departamento de Museus e Arquivos.  
<http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/3513>
- Bresciani, M. S. (2002). Cidade e História. In Oliveira, L. L. Oliveira (Ed.), *Cidade: História e Desafios* (p. 16-36). FGV.
- Britto, A.C. L., & Corradi, A. (2017). Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. *Ponto de Acesso*, v. 11(3), pp. 148-169.
- Camargo, A. M. A. & GOULART, S. (2007). Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Camargo, A. M. A. (2009). Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, pp. 26-39, 2009.
- Chartier, R. (1994). A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, vol. 7(13), pp. 97-113.
- Costa, C. M. L. (1998). Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, 11(21), pp. 189-199.  
<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2066>.
- Cunha, T. C. (2023). Antônio Gentil Martins: a biografia como método para o estudo do arquivo pessoal. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa: Repositório científico da UL.  
<http://hdl.handle.net/10451/59050>
- Ginzburg, C. (1991). *A Micro-História e Outros Ensaios*. Difel.
- Gomes, A. de C. (1998). Nas Malhas do Feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, 11(21), pp. 121-127.  
<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2069>
- Gomes, A. de C. (2017). Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema. In L. A. M. Alves, & J. Pintassilgo (Eds.), *Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação*. CITCEM, 1, pp. 141-152,
- Gomes, D. A. P. P. (2016). Memórias e Arquivos Pessoais em espaços públicos: um estudo sobre a “Coleção Família Bustamante” no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. [Trabalho de

- Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense].
- Lafuente Úrien, A. (2000) Archivos Nobiliarios. In Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Ministerio de Educación, Cultural y Deporte.
- Macedo, A. M. da C. (2018). Arquivos de família e escritos autobiográficos: estudos de caso [Tese de Doutorado em Estudos Culturais, Especialidade de Sociologia da Cultura, Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais]. <http://hdl.handle.net/1822/60646>.
- Nóvoa, R. S. da, & Rosa, M. de L. (2018). O estudo dos arquivos de família de antigo regime em Portugal: percursos e temas de investigação. *Revista Brasileira de História*, 38(78). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-04>.
- Oliveira, L. M. V., Macêdo, P. L. P., & Sobral, C. C. (2017). Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. *Revista do Arquivo*, 1, pp. 1-13.
- Peixoto, P. de A. (2002). Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. *Cadernos BAD*, 2002. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68339>.
- Pesavento, S. J. (2007). Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Rev. Bras. Hist.* 27(53). <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>.
- Pesavento, S. J.(2004). Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo”. In L. C. de Q. Ribeiro, Luiz César de Queiroz; (Ed.), *Escrita, linguagem, objetos: leituras da história cultural*. Edusc.
- Knauss, P. (2020). A Força da Tradição: A história Fluminense e suas variações Historiográficas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. 27, pp. 1-28.
- Revel, J. (1996). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. FGV.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. UNICAMP.
- Rodrigues, A. (2017). Os arquivos familiares e pessoais em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: Arquivo Privados de Pessoas e Famílias* (pp. 31-51). Unha Ollada à Fundación Penzol.
- Rodrigues, A. C. (2008). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos* [Tese Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo]. [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-7112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-7112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf).
- Rodrigues, A. C. (2012). Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. In *Anais do XIII ENANCIB. ANCIB*. <http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19564.pdf>.
- Rodrigues, A. C. (2013). Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*, 41(1), pp. 64-80. <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/121>.
- Rodrigues, A. C. (2012). Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In *Estudos avançados em*

Arquivologia (pp. 197-215). Oficina Universitária, Cultura Acadêmica.

Rodrigues, A. C. (2018). Tipología documental: diálogos entre la archivística y la diplomática para la construcción del método de identificación del documento de archivo. *Boletín de la ANABAD*, 68(3-4), pp. 429-445.

<https://www.anabad.org/wp-content/uploads/2019/03/Anabad-LXVIII-2018-num-3-4.pdf>.

Rodrigues, A. C., Gomes, D., Oliveira, L. M. V., & Mello, M. T. B. (2019). Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano. L. E. T. Leite.

<http://www.rj.gov.br/LivroArquivosFluminensesnoContextoIberoamericano.pdf>

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Editora Record.

Silva, A. M. da. (1997). Arquivo de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *Seminário sobre Arquivo de Família e Pessoais* (pp. 51-106). BAD.

Silva, C. G. da. (2022). Arquivos de família. [Apresentação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense].

Silva, C. G. (2008). *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. Colibri.

Thompson, P. (2005). Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In *História Falada. Memória, rede e mudança social*. SESC SP, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.